

Tivemos de recorrer à greve. E ela cresce!

Docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, organizados no Fórum das Seis, têm se empenhado para que os instrumentos que determinem a política salarial, os rumos e as soluções para esse e os demais itens da pauta unificada de data-base (<http://bit.ly/1piDazl>) sejam o diálogo e a negociação. Mas, por mais que as categorias venham insistindo na interlocução qualificada, têm sido a intransigência e o despreparo desta ou daquela gestão reitoral a determinar o impasse na negociação, quando não a inexistência de negociação, como ocorre até agora.

O Fórum organizou a pauta unificada em fevereiro; protocolou-a em março e propôs reuniões de discussão em abril. Apenas em 12/5 o Cruesp se dignou a marcar a primeira reunião para, sem qualquer interlocução, anunciar o “reajuste” de ZERO%. E repetiu o gesto poucos dias depois, em 21/5, encerrando a “negociação”!

Como em outras ocasiões, a alegação principal para o ZERO% foi o elevado comprometimento com a folha de pagamentos de uma das instituições, desta vez a USP. Como de outras vezes, os reitores utilizaram “argumentos de autoridade” para tentar nos convencer de que não há alternativas — portanto, na ótica do Cruesp a negociação é descabida. Mais uma vez dissemos não. Sem compromisso com a recomposição dos salários, sem transparência, sem interlocução, a única resposta cabível é não!

As últimas tentativas deste tipo ocorreram em 2000 e 2004. Em ambos os casos, foi a greve que reverteu a intransigência dos reitores: a negociação se impôs e os acordos resultaram em 24,52% e 7,05% de reajustes acumulados em 2000 e em 2004, respectivamente.



Daniel Garcia

Sessão de 4/6 da Assembleia da Adusp

E o mundo não acabou.

Vale dizer, a capacidade de organização e ação coletivas do corpo da universidade é o mecanismo mais efetivo, tanto em defesa de condições dignas de trabalho quanto para evitar a destruição da universidade, à semelhança do que se fez com tantos outros direitos sociais, como a Educação Básica e a Saúde no Estado de São Paulo.

Os avanços. Poucas vezes se viu resposta tão pronta a uma atitude do Cruesp: no prazo de dois dias após a reafirmação do ZERO% em 21/5, a greve unificada já estava aprovada para ter início nas três universidades a partir de 27/5, tendo começado mesmo antes em várias unidades.

No primeiro dia de greve, com grande participação de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes e apoio de vários parlamentares, tivemos êxito em dar projeção a parte importante da nossa pauta ao realizar audiência pública na Assembleia Legislativa (p.4) em defesa das nossas propostas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2015): 33% da receita da receita de

impostos para a Educação como um todo, incluindo 11,6% do ICMS-QPE para as universidades e 2,1% desta mesma base de cálculo para o Centro Paula Souza.

Também tratamos da necessidade de mudança do teto salarial em São Paulo, que não pode continuar a ser o subsídio do governador, pois este não advém de carreira nem é salário.

Ficou evidente a legitimidade das nossas propostas, seja ao mostrar a insuficiência dos recursos que o governo estadual investe em Educação Pública, seja diante de números que comprovam o crescimento e a expansão das atividades-fim das universidades nos últimos anos (<http://bit.ly/1kGs3QA>), sem aporte adicional e perene de recursos e (como ficou demonstrado) com a subtração de parte importante do ICMS da base de cálculo dos repasses à USP, Unesp e Unicamp.

Cada vez mais, tem ficado claro para parcelas crescentes de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos das muitas unidades da USP que não é razoável a postura da atual gestão: de um lado sucessivos “não vi”,

“não sabia”, “não sei”; de outro lado decide unilateralmente o que fazer com os recursos ainda disponíveis, em flagrante oposição ao que diziam os então candidatos Zago e Vahan durante a campanha eleitoral, apenas meses atrás...

Também foi se tornando evidente que algo de errado havia ao aprovar-se, no Conselho Universitário (Co) de 25/2/14, orçamento que previa R\$ 129 milhões para “reserva de ajuste destinada a atender à política salarial do Cruesp” e R\$ 195 milhões de rendimentos financeiros... e dois meses depois estes R\$ 324 milhões corresponderem a ZERO% de reajuste!

Causa incômodo que se continue a pagar centenas de milhões de reais (R\$ 609 milhões, para ser exato) de “restos a pagar” da gestão anterior e de “obras em andamento”, sem antes discutir com o corpo da universidade a origem de tais obrigações financeiras: se tiveram o devido trâmite ou se, por vícios legais, referem-se a contratos nulos de direito. Enquanto isso, a Reitoria corta a dotação básica das unidades, corta

continua na p.2...

Próxima sessão da Assembleia Geral Permanente
Quarta-feira, 11 de junho, 15 horas, no Auditório da Escola de Aplicação (FE)

...continuação da capa

recursos recém distribuídos pelo então pró-reitor Zago para os núcleos de apoio à pesquisa (NAPS), corta a reposição de vagas criadas por aposentadorias etc.

Gera indignação o fato de que novamente seja primeiro na imprensa, e não nas instâncias da universidade, que o reitor declare suas incertezas sobre questões tão fundamentais quanto a gratuidade do ensino e o dimensionamento do RDIDP e sua convicção de que não há necessidade de o governo Alckmin aumentar a dotação das universidades estaduais: “Não existe país no mundo que faz o que São Paulo faz: aplicar 12% da sua arrecadação em ensino superior, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.” (*O Estado de S. Paulo*, p. A30, 1/6/14). O importante aqui não é o grave equívoco, mas sim dizer a Alckmin que é desnecessária maior dotação para as universidades. A aparente singeleza de propósitos é incompatível com a investidura pública do cargo que ocupa.

Não é surpresa que a greve tenha crescido. É essa a força que começa a mover o Cruesp na direção de voltar à mesa de negociação.

Tarefas a cumprir. A situação financeira das três universidades é séria. Dissemos isso ao longo de duas décadas após a definição dos 9,57% do ICMS, diante da grande expansão sem planejamento e sem a complementação necessária de recursos perenes por parte do governo estadual, agravada pela gestão temerária da USP durante o mandato anterior.

Este cenário determina a responsabilidade de todos em ampliar a força do movimento, viabilizando negociação efetiva com o Cruesp e decidindo sobre os seus resultados.

Contudo, qualquer solução que vá além do momento presente exigirá a força do movimento para fazer aprovar na Alesp a ampliação do financiamento das universidades e do Centro Paula Souza. Isso implica a dura tarefa de superar a resistência da base governista na casa legislativa e colocar sobre o governador o custo político da eventual insensibilidade em negar o devido financiamento a estas instituições estaduais, que devem cumprir papel relevante na construção de uma república democrática e referenciada no conjunto da sociedade.

Congregações do IF e do IME e membros do Co pedem negociações

A Congregação do Instituto de Física (IF) aprovou moção em 2/6 na qual recomenda ao Conselho Universitário (Co) “que sejam retomadas as negociações do Cruesp, considerando a insatisfação causada pela interrupção das negociações salariais”.

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME), por sua vez, aprovou em 29/5 a seguinte moção, endereçada ao reitor e ao Cruesp: “A manutenção do poder aquisitivo dos salários de funcionários e docentes da universidade é muito importante. A Congregação do IME-USP solicita ao Cruesp a abertura imediata de negociações”. Na mesma ocasião, foi aprovada moção que solicita “seja feito um levantamento, com ampla divulgação, de todas as contas da gestão do reitor Rodas” (<http://bit.ly/1uui2bS>).

Somando-se a tais manifestações, um grupo de membros do Co conseguiu 27 assinaturas, número acima do mínimo exigido no Estatuto, para pedir a inclusão, na pauta da próxima reunião ordinária do colegiado (10/6), de uma “proposta de recomendação ao Magnífico Reitor e por sua intermediação ao Conselho de Reitores, para reabertura imediata das negociações sobre a pauta unificada das entidades representativas de professores, funcionários e estudantes” (<http://bit.ly/1k1DJsJ>).

O pedido foi protocolado na Secretaria-Geral da Reitoria em 3/6.

Apoio à greve. Os alunos de pós-graduação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP) “corresponsáveis pelo desenvolvimento científico, tecnológico, soci-

al e cultural do estado de São Paulo e, por conseguinte da federação brasileira, representados pela Associação dos Pós-Graduandos do ICB (APGICB), após ampla discussão em assembleias gerais nos dias 29 de maio e 5 de junho de 2014”, decidiram “manifestar publicamente o seu apoio aos servidores técnico-administrativos e docentes da USP que estão em greve”.

Na mesma Carta de Apoio, datada de 5/6, os alunos de pós-graduação do ICB enfatizam ainda a necessidade de mais transparência na gestão da USP, e exigem a reabertura imediata das negociações entre o Fórum das Seis e o Cruesp.

“É inadmissível que a USP, com a importância que ocupa no cenário brasileiro e internacional, seja gerida em meio à obscuridade, intransigência e autoritarismo”.

Chefe de departamento do IB nega perseguição a funcionário portador de doença reumatológica

O professor Pedro Gnaspini Neto, chefe do Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências (IB-USP), enviou ao *Informativo Adusp* comentários nos quais contesta a acusação de perseguição política ao funcionário Marcelo Cardagi, que é sindicalista e havia recebido duas advertências, tendo sido descontado em um dia de salário.

No dia 15/5, o Conselho do Departamento de Zoologia (CDZ) retirou uma das advertências e entendeu que a outra, relacionada a uma falta do funcionário, estava automaticamente revogada na medida em que o diretor do IB decidiu abonar a falta em questão.

O professor Gnaspini Neto considera que a matéria intitulada “Após protestos, Departamento de Zoologia do IB recua na punição a funcionário portador de doença reumatológica” (*Informativo Adusp* 382, 26/5, p.3) contém imprecisões. Ele nega perseguição a Cardagi e afirma que desde que assumiu a chefia do departamento “houve um diálogo aberto sobre todas as questões e especialmente em relação ao

envolvimento do funcionário em atividades sindicais”.

Ainda segundo o professor, sempre que a chefia recebia de Cardagi uma solicitação de afastamento para participação em atividades do Sintusp, “entrava em contato com o funcionário e perguntava qual sua opinião sobre participar ou não da atividade, e todas as solicitações para as quais demonstrava interesse em participar e esclarecia que não haveria prejuízo em suas atividades funcionais foram autorizadas”. O funcionário, acrescentou, teria manifestado à chefia seu contentamento com essa atitude.

“Também por diversas vezes a chefia autorizou ausência ao trabalho, abonando ou compensando horas, para que o funcionário tratasse de assuntos pessoais e/ou familiares. Assim, esta chefia não consegue enxergar a perseguição (especialmente uma perseguição política) que está sendo atribuída a ela, e ressalta que não pode ser responsabilizada por eventuais fatos ocorridos no passado”.

Ainda no entender do chefe do Departamento, o CDZ não

recuou em relação às advertências aplicadas ao funcionário. Isso porque, no tocante à advertência relativa a uma falta não-abonada em 18/3/14, uma vez que esta foi posteriormente abonada pelo diretor do IB, a ata da reunião de 15/5 registra que “o Conselho considera a advertência automaticamente revogada ... entendemos que não cabe manifestação do Conselho”.

Quanto à segunda advertência, referente à reprovação do relatório que descreve as atividades desenvolvidas por Cardagi no segundo semestre de 2013, “o item foi retirado de pauta para permitir a análise dos pontos apresentados no recurso, incluindo uma avaliação do funcionário por parte do SESMT”.

“Também se alega que o funcionário recebeu advertência por ter deixado de comparecer ao trabalho nos dias em que esteve de licença médica, contrariando a recomendação médica formalizada em atestado médico. Obviamente isso nunca seria e nem foi feito”, sustenta Gnaspini Neto.

Debate sobre situação da EACH reúne comunidade universitária na FFLCH

Realizado no dia 2/6 no auditório da História, o debate “Crime na EACH e o descaso da Reitoria” contou com a presença de docentes, funcionários e estudantes de diferentes unidades da USP. Muitos dos presentes não sabiam mais do que o fato de o *campus* Leste estar interdito por decisão judicial devido à contaminação ambiental. O debate serviu para esclarecer a situação de abandono e irresponsabilidade institucional enfrentada pela comunidade da EACH há anos.

A mesa foi composta pelos professores Alberto Tufaile, Elisabete Franco, Marcos Bernardino de Carvalho (todos da EACH), pelos estudantes Maria Saete Perroni e Thiago Bomfim e pelo funcionário Fabiano Gomes Teixeira do Prado. Faixas com os dizeres “Qual o futuro da EACH?” e “Eu quero 0% de contaminação!” apontavam os rumos da discussão.

O debate foi iniciado por uma exposição detalhada e calorosa do professor Alberto Tufaile, que apresentou fotografias e vídeos da deposição de solo contaminado dentro do *campus* Leste em 2011. Tufaile descreveu o crime ambiental cometido e exibiu a notificação emitida pelo então diretor geral do Parque Ecológico do Tietê e encaminhada ao diretor da EACH, José Jorge Boueri, em 6/6/2011. A notificação determinava que fosse paralisada a entrada e movimentação de terra e entulho na área do *campus* Leste, que fica dentro do Parque.

O professor explicou que a deposição foi momentaneamente suspensa, mas depois de duas semanas, quando ocorreu a até agora inexplicada exoneração do diretor do Parque Ecológico, continuou como se nada tivesse acontecido. No total, estima-se que foram realizadas 6 mil viagens de caminhão com terra contaminada.

“Se eu pegar um carrinho de mão com entulho e jogar no Parque Ecológico do Tietê é um crime inafiançável. Tem uma placa colocada lá que diz que se eu fizer isso e for pego pela polícia, vou para a cadeia. É um crime levar 6 mil caminhões de entulho!”, disse Tufaile. Somando-se a esta notificação, há uma multa de R\$ 96 mil lavrada pela Cetesb contra a USP em 31/10/2013 e a interdição do *campus* em 9/1.

Metano. Quando ocorreu a implantação do *campus* Leste, em

2005, já se suspeitava que a área estava fortemente contaminada e sabia-se que possuía grandes bolsões de gás metano. Na época foi assinado pela USP um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que impunha determinadas medidas a serem implantadas pela Reitoria, como condição para utilização do *campus*.

“Houve a exigência que a USP assinasse desde o início um TAC para que ao longo da implantação da escola se pudessem resolver os problemas que se suspeitava que existiam: o caso do solo, que era necessário fazer uma análise mesmo no aterro original, e a questão do metano que já era conhecida”, comentou o professor Marcos Bernardino de Carvalho. “Descaso! A USP, como todos sabemos, conseguiu protelar uma por uma as exigências do TAC, e é por isso que a gente está nessa situação! São quase 10 anos de implantação com os termos do TAC sendo invariavelmente contornados e a Cetesb pressionando a Universidade”.

Membro da Comissão Ambiental criada na unidade após a greve de 50 dias realizada em 2013, o professor Marcos exibiu imagens recentes da EACH, feitas em visita de que participou, nas quais é possível ver tapumes cercando todas as áreas verdes, formando estreitos corredores pelos quais seria realizada a circulação de pessoas. Também é possível ver que as áreas verdes quase não têm grama.

O que mais chocou os participantes do debate foram as fotografias das tubulações implantadas nos prédios para drenagem do metano. Elas são visíveis e tomam o espaço das áreas cobertas destinadas à passagem de pessoas quando chove. Segundo Marcos, o barulho emitido pelas bombas de sucção é grande e ainda não teriam sido implantadas as tubulações do prédio conhecido como “Titanic”, o maior e que abriga o maior número de salas de aula e de professores. Será necessário mais um mês para implantá-las e depois serão feitos testes de eficiência.



Daniel Garcia

Professor Tufaile no debate de 2/6

Já foram abertas duas investigações no Ministério Público sobre o caso da EACH. Uma delas é para averiguar justamente o descaso da Reitoria diante da situação. A outra investiga denúncias de improbidade. A Reitoria insiste que está providenciando tudo que foi solicitado pela Cetesb, e se nega a conversar com a diretoria da EACH, que já protocolou dois pedidos de reunião.

Indignação. Além de toda a situação de descaso desde a implantação da EACH, o chamado “Plano B” adotado pela atual gestão da Reitoria depois da interdição do *campus* não agradou ninguém. Atualmente, as atividades estão espalhadas por diferentes *campi* da USP e também em locais alugados, como a Unicid, instituição de ensino privado (vide <http://goo.gl/cQnZl8>). “A nossa situação hoje é de pulverização, estamos espalhados, assim como os alunos, por vários pontos da cidade”, conta Fabiano, representante dos funcionários.

“A maior parte das nossas atividades nós já retomamos, ainda que precariamente, deixando um monte de coisa acumulada para quando o *campus* for desinterditado, sabe-se lá quando!”, explica. “Nós temos uma ansiedade muito grande para que o *campus* seja reaberto, precisamos que ele seja reaberto para que nossas atividades sejam colocadas em ordem, não tem como fazer na Fatec ou na Unicid o que a gente fazia [no *campus* leste], mas queremos voltar com segurança e com qualidade”.



Marcos Bernardino

Tubulação para drenagem de metano na EACH

“A gente vive agora na EACH um momento muito delicado: estamos fragmentados e isso dificulta inclusive as nossas reuniões para articular o movimento”, disse Bia Michele, pós-graduanda. “Eu não tenho dúvidas de que isso foi caso pensado da Reitoria, podem dizer que é teoria da conspiração, mas ela sabe muito bem que a gente não é coitadinho, sabe muito bem o que é colocar os estudantes na Unicid, na Faculdade de Saúde Pública e no Butantã, sabe porque viram que quando as três categorias estiveram juntas tiraram o diretor Boueri! Sabe que as três categorias unidas fazem uma greve com muita potência, como essa greve que está sendo construída agora!”.

O professor Francisco Miraglia, diretor da Adusp, alertou a todos que os problemas da EACH não são apenas da unidade, mas sim da USP inteira: “Isso tudo significa uma profunda falta de respeito a professores, estudantes e funcionários, mas não só os da EACH: é uma falta de respeito a cada um de nós! É importante que a gente se conscientize disso. São colegas nossos que estão sendo tratados de uma forma indigna há anos. E a origem disso é a falta de democracia e a falta de exercício de autonomia desta Universidade!”, concluiu.

Audiência lota Alesp, reitores não aparecem

Centenas de pessoas lotaram a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa (Alesp) em 27/5 para tratar do financiamento das universidades públicas estaduais e do Centro Paula Souza (Ceeteps). A Polícia Militar dificultou a entrada dos manifestantes: eles foram fotografados e “cadastrados”. Após vários protestos de deputados como João Paulo Rillo (PT) e Carlos Gianazzi (PSOL) e das lideranças do movimento, o presidente da Alesp, Samuel Moreira (PSDB), pediu à PM que relaxasse o procedimento.

“Essa audiência pretende esclarecer os fatos que estão levando vocês à greve, e o que nos levou a essa situação de impasse”, declarou o deputado Carlos Neder (PT) ao abrir os trabalhos. Em seguida passou a palavra aos representantes do Fórum das Seis para uma explanação inicial, que ficou a cargo do professor Francisco Miraglia, da Adusp. Ele exibiu tabelas referentes à evolução das universidades estaduais (<http://goo.gl/uCjxT>).

“Houve um enorme esforço das universidades estaduais em expandir seus serviços, nem sempre valorizado”, declarou Miraglia. As tabelas elaboradas pelo Fórum das Seis e comentadas pelo professor indicam que, no período 1995-2012, ao mesmo tempo em que houve expansão em diversos indicadores nas três universidades, houve redução do contingente de funcionários técnico-administrativos da Unesp (-8,3%) e da Unicamp (-9%) e também do corpo docente desta (-13%). Esses números contrastam com os índices de crescimento dos cursos de graduação (52% em ambas), do contingente de estudantes matriculados na graduação (81% e 99,8% respectivamente), do número de títulos de mestre e doutor concedidos (348,5% e 99,7% respectivamente) e muitos outros.

Na USP a variação no quadro de pessoal foi positiva — 11,5% para funcionários e 15,9% para docentes — mas ainda assim ficou muito abaixo do percentual de crescimento do número de vagas nos vestibulares (53,6%), das matrículas nos cursos de graduação (77,6%), das matrículas na pós-graduação (71%), dos títulos de mestre e doutor outorgados (127,6%) etc.

Descontos. Miraglia abordou, em seguida, a questão dos

descontos nos repasses do governo estadual para as universidades, que devem receber anualmente, em conjunto, 9,57% da quota-parte estadual do ICMS. Os levantamentos do Fórum das Seis apontam uma perda de R\$ 540 milhões em 2013 e de R\$ 2 bilhões, em valores atualizados, no período 2008-2013. Nem todo o ICMS devido vem sendo repassado pelo governo, pois o percentual da Habitação (1%, em valor nominal) é deduzido no momento do cálculo. Também são descontados os valores referentes ao “parcelamento incentivado” (de imposto em atraso) e ao programa Nota Fiscal Paulista (NFP). “A grande questão é que a lei que o instituiu [o NFP] permite o desconto. A lei tem que mudar, e mudar logo”, enfatizou o professor.

Ele também citou o fato de que os repasses das universidades para a Previdência (ex-Ipesp, atual SPPrev) quase quadruplicaram: “Os famosos 6% do Ipesp viraram 11% para os servidores e 22% para a universidade”.

A reivindicação do Fórum das Seis para garantir às universidades estaduais paulistas expansão com recursos perenes, levada já duas vezes à Alesp, é de que elas recebam 11,6% do total do produto da quota-parte estadual do ICMS. “Das outras vezes o governo não deixou passar”, disse Miraglia. Falou, ainda, sobre a inadequação do atual teto salarial, vinculado aos vencimentos do governador, e apresentou a emenda do Fórum das Seis para que o teto passe a corresponder ao subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

Após a exposição, os trabalhos foram retomados pelo deputado Neder. “Todos os reitores foram devidamente convidados e até o momento não vejo representação das Reitorias”, informou o parlamentar. O plenário respondeu com uma forte vaia.

“Por que zero?” Compuseram a mesa da audiência, em nome das categorias que constituem o Fórum das Seis: Marcílio Ventura (STU), representando os três sindicatos de funcionários técnicos-administrativos; Yardena do Baixo Sheery (Comitê Estadual de Mobilização da Unesp), representando as entidades estudantis; e Ciro Correia (Adusp), representando as três entidades docentes.



Manifestantes lotam Auditório Franco Montoro (Alesp)

A principal causa do pretendido índice zero seria o comprometimento maior da USP com salários: alegou-se que a folha de pagamentos excede os 100%. O presidente da Adusp, baseando-se nos documentos submetidos pela Reitoria ao Conselho Universitário, apresentou dados que contradizem o discurso da Reitoria e do Cruesp. O Orçamento prevê “uma reserva de ajuste destinada ao atendimento das decisões do Cruesp com relação à política salarial das universidades... R\$ 129 milhões: 2,8% da folha... Por que virou zero por cento?”, indagou. E continuou: “Os gastos com pessoal foram aprovados como R\$ 4,59 bilhões — 5,5% a mais que em 2013 (R\$ 4,35 bilhões). Por que virou zero?”

Ciro insistiu, citando que consta da peça orçamentária da USP uma rubrica de R\$ 195 milhões de “rendimentos financeiros” (“só essa parte já agregaria [no mínimo] outros 4,3% num eventual reajuste”) e outra de R\$ 422 milhões de receitas próprias (“mais que uma folha de pagamento, que encontra-se por volta de R\$ 380 milhões”), cifras que, somadas, elevam o Orçamento total a R\$ 5,017 bilhões. “As despesas com pessoal correspondem a 89% deste montante... por que o zero?”, arrematou. Portanto, concluiu, existe espaço para reajuste.

Ele também questionou o fato de que a Reitoria alocou R\$ 417 milhões de “restos a pagar de 2013” e R\$ 192 milhões de “obras em andamento”, sob alegação de que foram decididas “pelo reitor e pelo presidente da COP [Comissão de Orçamento e Patrimônio] da época”. “Querem que aceitemos que isso sem discutir com ninguém, às custas dos salários”, protestou.

No decorrer dos trabalhos manifestaram-se os deputados Carlos Gianazzi (PSOL), Leci Brandão (PCdoB) e Adriano Diogo (PT),

bem como João Chaves Jr. (Adusp), Denise Rykala (Sinteps), Magno de Carvalho (Sintusp e CSP-Conlutas), Yardena Sheery (Comitê da Unesp), Marcílio Ventura (STU), Paulo Centoducatte (Adunicamp) e outros (vide matéria completa em <http://goo.gl/2REwhE>).

Colégio de líderes. No decorrer da audiência, uma representação do Fórum das Seis foi recebida pelo colégio de líderes partidários da Alesp. O professor Miraglia pediu aos deputados que considerem as emendas propostas pelo Fórum das Seis, que alteram a redação do artigo 4º da LDO 2015, de modo a que os percentuais de repasse a serem fixados (11,6%, 11%, ou 10,5%) incidam sobre o total do produto do ICMS e não mais sobre a arrecadação.

Ao final da audiência pública, foram aprovados os encaminhamentos apresentados pelo Fórum das Seis. Os itens 2 e 3 referem-se às emendas encaminhadas à LDO-2015 e incluídas na documentação entregue aos deputados (disponível em <http://goo.gl/0CuWs8>):

1) que a Comissão de Educação e Cultura convoque os reitores da Unesp e da Unicamp (consta que o reitor da USP já foi convocado) para nova audiência pública sobre as três universidades estaduais paulistas;

2) que a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento instale audiência pública específica para discussão das propostas do Fórum das Seis;

3) que todos os partidos políticos com representação na Alesp se pronunciem sobre as emendas do Fórum das Seis para a LDO-2015, incluindo a proposta de mudança da referência para o teto salarial do funcionalismo;

4) que o Cruesp reabra negociações efetivas com o Fórum das Seis.

Debate sobre democratização no Co de 3/6 explicita disputa de projetos

No dia 3/6 o Conselho Universitário (Co) reuniu-se extraordinariamente, para debater os temas “Missão, responsabilidade social e princípios da Universidade”, “Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão Universitária” e “Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal”, conforme decidido pelo colegiado em 25/3. Abriu, assim, o debate da agenda de democratização, tal como proposto pela comissão *ad hoc* nomeada pelo reitor Marco Antonio Zago e presidida pelo professor Carlos Martins (EESC). As entidades de representação das três categorias foram convidadas e manifestaram-se oficialmente, na reunião, a respeito dos temas.

Na reunião, secretariada pelo professor Inácio Poveda, secretário-geral da Reitoria, Zago anunciou, na abertura dos trabalhos, medidas relacionadas ao atual *imbroglio* financeiro: a criação de uma comissão de sindicância para avaliar as responsabilidades relacionadas ao impacto financeiro decorrente da nova carreira, e a contratação de uma auditoria externa encarregada de avaliar as contas da gestão de J.G. Rodas. No decorrer dos debates, anunciou também a criação de uma controladoria na USP.

Iniciados os trabalhos, um dos representantes do DCE, Raul Santiago, fez dramática advertência aos membros do Co: “Vou deixar um aviso para vocês: se houver cobrança de mensalidades na Universidade, vai ser uma coisa incontrolável, vocês verão uma verdadeira rebelião. Será como um desastre bíblico. Vai ser uma cobrança de mensalidades sobre cinzas, pó e escombros”, vaticinou. Em razão do tom, a intervenção provocou aplausos e também alguns risos. “Podem até achar graça, mas vai ter piquete em cada laboratório e os portões da USP serão soldados e ‘barricados’”, completou o dirigente estudantil.

Mais tarde, o reitor reagiu: “Tragam seus sonhos, tragam suas propostas, por mais revolucionárias que sejam, mas se abstenham de ameaças. Ameaças verbais não fazem parte da vida democrática”.

Outro incidente foi a altercação entre Zago e Neli Wada (Sintusp). Na sua primeira intervenção, a sindicalista ultrapassou o tempo de cinco minutos e prosseguiu falando. O reitor, tentando



Ernani Coimbra (USP)

Reunião extraordinária do Conselho Universitário da USP de 3/6/14

encerrar a intervenção, gritou com Neli, que excedeu em dois minutos o tempo concedido. Ele terminou cortando o microfone da sindicalista, que protestou. O episódio foi retomado depois por ambos e pelo pós-graduando Luiz Gonzaga Soares (APG), que pediu uma retratação: “Chamar a atenção de uma funcionária que é mulher e gritar — o único momento em que ele alterou a voz na reunião — exige uma reflexão do reitor. É machismo, me desculpe. Por que só com ela?”

Entidades falam. Antes da abordagem ponto por ponto dos temas, houve uma apresentação das entidades. O DCE, por meio de Camilo Martin, criticou o atraso e os moldes da discussão: “Se existe de fato intenção em avançar num diálogo democrático, com certeza não pode ser feito dentro dessa sala”, disse, pedindo a abertura do debate para as categorias. “A serviço de quem está a Universidade pública paulista? Isso tem que ser questionado a fundo”, prosseguiu.

O estudante também abordou o que chamou de suposta crise financeira da USP: “Faz quanto tempo que a gente diz que isso é uma caixa-preta? O processo de crise se desenvolveu não por acaso, foi obra de escolha de pessoas. É preciso que tenha nomes, tenha responsáveis”. Ele cobrou da adminis-

tração uma tomada de posição a respeito da proposta de cobrança de mensalidades, que vem sendo defendida pela *Folha de S. Paulo*: “Essa é a posição do Co, da administração? Tem que responder”.

A seguir falou o professor Ciro Correia, que apresentou o documento da Adusp, disponível desde 19/5 (<http://goo.gl/ZbQyUC>). Ele começou fazendo menção ao “contexto de impasse que determina, neste momento, a greve nas três universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp”, o qual reflete a falta de democracia vigente hoje. Depois explicou que as propostas da Adusp pretendem “contribuir para deflagrar um processo que leve à superação, nesta Universidade, da centralização, do autoritarismo, da falta de transparência, e à substituição do controle oligárquico pelo controle social por parte da corpo da universidade”.

Os princípios defendidos pela Adusp incluem a educação como “direito social inalienável da população, pública e gratuita em todos os níveis, obrigação do Estado, que deve ser responsável pelo seu financiamento”. Definem a universidade pública como “instituição republicana”, voltada “para a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber em todas as áreas da atividade humana, a formação ampla para o trabalho e a reflexão

crítica sobre a sociedade”, e que “respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a transformação da sociedade”.

Nesta ótica, ensino, pesquisa e extensão “devem ser desenvolvidos de forma equilibrada e interdisciplinar, atendendo às necessidades da população brasileira e contribuindo para a correção da enorme injustiça social no país”, continuou Ciro. “A universidade deve orientar-se por um plano periódico e sistemático de prioridades que contemplem problemas nacionais relevantes. Deve ser autônoma em relação ao Estado e a governos”.

A pesquisa é vista pela Adusp como “atividade intelectual de caráter artesanal”, que contribua para a construção de soberania do país, e “não pode ser condicionada aos critérios da produção industrial ou do mercado”. O trabalho de pesquisa na universidade “deve ter caráter público, não podendo ser submetido a contratos com cláusulas que impõem segredo”.

Quanto à extensão, é “política institucional com origem e destino no ensino e na pesquisa, devendo ter como base a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes, e seus resultados devolvidos gratuitamente à sociedade”. A realização de convênios entre a USP e o

continua na p.6...

setor privado deve estar submetida a rigorosa fiscalização e não pode “implicar conflitos de interesse como aqueles que esse Co ainda retrata, diante da parcela significativa de membros que acumulam cargos com entidades privadas, autodenominadas ‘de apoio’, que realizam contratos com a instituição”.

Por fim, a Adusp reivindica transparência e democracia tanto na elaboração do orçamento da USP como na execução orçamentária, com a abertura de todas as receitas e despesas. A gestão “deve ser democrática, participativa e transparente, respeitando, no mínimo, o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)”.

Mudar o modelo? Após criticar Zago (“o mais radical dentro do Cruesp”), Neli Wada referiu-se à disputa de projetos em curso: “A Universidade está sendo discutida muito mais na mídia do que aqui dentro, é um modelo que querem nos impor. A responsabilidade deste conselho é muito grande ao discutir a democratização e mudanças estatutárias. Poderemos estar mudando o modelo de universidade, então temos que prestar muita atenção”, advertiu.

Iniciado o debate do primeiro tema, Mariana Souza, representante discente (RD) da pós-graduação (IEE), criticou os recentes cortes de recursos: “Nos últimos três meses, laboratórios perderam contratos de xerox e estão sem impressoras. Projetos para bolsas de extensão universitária não foram nem considerados este ano”, embora sejam imprescindíveis para a pós, afirmou. “Dois eventos foram cancelados na FEUSP. A desinterdição da EACH, prometida pelo reitor, está mais distante do que o Oiapoque”.

O professor Laerte Sodré Jr., diretor do IAG, lançou indagações sobre qual o melhor encaminhamento a ser dado ao debate: “Na prática, como vamos levar essa discussão? São temas complexos”. Opinou que “nem todo mundo tem paciência” para assistir aos vídeos temáticos que a Caeco colocou à disposição dos interessados. A seu ver, o melhor encaminhamento consiste em levar a discussão para as unidades, dentro das quais “a gente promoveria uma discussão mais detalhada e eventualmente votações”. Seriam debatidas nas unidades, assim, “contribuições de várias instâncias universitárias: Sintusp, Adusp, do próprio Caeco”. Ele citou como algo “eventualmente muito interessante”

uma possível adesão da USP ao Protocolo de Bolonha, admitindo ser um assunto controverso.

Haydée Svab, RD da pós-graduação, manifestou que o documento da Caeco precisa explicitar a questão da liberdade de expressão. Criticou a proposta, nele compilada, de adoção de sigilo em certas linhas de pesquisa: “A gente se opõe fortemente a questões de caráter sigiloso na universidade. Sigilo não é privacidade”, disse. A pós-graduanda da EP elogiou o documento da Adusp, “muito bem redigido, nós da pós temos acordo com ele”. Haydée se opôs ao eventual encaminhamento do debate pelas congregações, “estruturas de poder já viciadas”, defendendo que as discussões envolvam toda a comunidade.

A professora Maria Arminda, pró-reitora de Cultura e Extensão, expressou seu “regozijo” frente ao debate em curso: “Hoje vivemos um dia histórico, eu me sinto emocionada. Participo deste Co há sete, oito anos. É de fato um verdadeiro avanço, que eu queria assinalar de saída, que envolve sim liberdade de expressão como condição primeira da liberdade e da democracia. O senhor reitor falou: falemos com liberdade e com os nossos sonhos, os sonhos possíveis de serem realizados. Vejam o documento da Adusp, que eu também cumprimento: item 6 da parte Princípios, quando se refere à extensão como uma política institucional”.

O diretor da EP, professor José Roberto Piqueira, defendeu a possibilidade de “juntar o documento da Adusp com o do Caeco” como “um bom caminho para a gente chegar a alguma coisa”. Sugeriu que “agendas externas”, como a cobrança de mensalidade, sejam deixadas de lado: “Este negócio de universidade paga é uma pauta externa, não é nossa, não é uma agenda de nenhum professor. A gente não devia gastar muita energia nos opondo naquilo [em] que concordamos plenamente”. Vamos ter a nossa agenda, prosseguiu. “Interessa a agenda externa na medida em que devemos dar satisfação à sociedade, mas não porque a *Folha* [de S. Paulo] propõe”.

O professor Pedro Dallari, diretor do IRI, defendeu que, ao reformar-se o Estatuto da USP, se deva buscar “novos modelos, novas alternativas”, ao invés da tramitação habitual, opondo-se assim à proposta do professor Sodré Jr. “A ótica não pode ser a do processo legislativo, porque as mudanças podem ser aquém do que se poderia desejar. Não se trata meramente de fazer a contabilidade de

posições cristalizadas”, sustentou Dallari. Propôs, ainda, a ampliação das discussões para fora dos *campi*: “A missão da Universidade não é algo que deve ser decidido só por nós, a sociedade deve participar de alguma forma”.

A professora Belmira Bueno, diretora da FEUSP, elogiou o trabalho da Caeco, que considerou sério e criterioso. Informou que na Educação foi realizado um fórum aberto e “grande parte dos princípios contidos no documento da Adusp” foi incorporada à síntese final, que se baseou “em todas essas questões da gratuidade, da liberdade de expressão, da atenção ao ensino público”.

Temas 2 e 3. Sérgio Adorno, diretor da FFLCH, observou que o trabalho da Caeco “foi na verdade organizar os temas que apareceram, não é uma tomada de posição”. Reconheceu contudo que há “temas realmente muito polêmicos, que podem no conjunto formatar um modelo de universidade”. Exemplificou: “Sei que há muitas críticas ao Protocolo de Bolonha, mas há quem defenda, então é preciso discutir”. Disse que a flexibilização dos currículos “está na ordem do dia, agora operacionalizar esta proposta é um problema complexo, se for para o Estatuto tem que estar muito bem discutida”.

O reitor interveio, então, para tentar reorientar a discussão: “Não basta fazer uma crítica genérica. É preciso alinhar os argumentos. Na questão do sigilo relacionado com pesquisas claramente não se trata apenas de proteger a privacidade. Se trata de pesquisas feitas na universidade em associação com entidades externas, para que as descobertas possam ser patenteadas. Isso tem que ser discutido aqui, para que se forme uma opinião”.

A mesma coisa, disse Zago, se dá quanto à gratuidade da universidade: “Claro que esta bandeira está sendo agitada lá fora. Cabe discutir isso com muita clareza, e provar à sociedade por que à Universidade de São Paulo não cabe [cobrar mensalidades]. Não basta dizer: ‘é um absurdo’. Protocolo de Bolonha: também nunca fui muito favorável, mas... é preciso discutir. Hoje foi um exercício preliminar, mas precisamos sim ir à substância desses pontos”.

Diretor da FDRP, o professor Umberto Celli Jr. defendeu o Protocolo de Bolonha: “Precisamos olhar para a experiência e ver em que sentido pode ajudar nesse momento em que estamos repensando a USP. Muitas universidades

européias que estavam ficando para trás se beneficiaram do Protocolo”, disse, ressaltando que não seria uma mera transposição da proposta. Já a professora Maria Cristina Leme, vice-diretora da FAU, lembrou que o Protocolo encurta o tempo de formação e que esse fator tem de ser levado em conta na discussão.

O professor Walter Terra (IQ) explicou em que casos considera admissível o sigilo na pesquisa, dando como primeiro exemplo o desenvolvimento de estudos de modificação genética de plantas feitos em colaboração com a empresa estatal Embrapa: “Você pode licenciar e ganhar dinheiro com aquela descoberta. Essa pesquisa tem que ser feita de forma sigilosa, porque as empresas privadas, Monsanto por exemplo, são concorrentes”. Também deu o exemplo da Petrobrás, que é líder em pesquisas em águas profundas, como as que envolvem o Prê-Sal: “A pesquisa também precisa ser sigilosa: tem Shell, Esso, todo mundo de olho. Quando se olha dessa forma, é defensável sim a pesquisa de caráter sigiloso. O que se deve ver é: você está fazendo isso com quem? Precisa regular isso”.

O professor Antonio Galves (IME) disse não entender o sentimento de que “estamos numa situação antidemocrática”, uma vez que, a seu ver, a estrutura colegiada vigente “é mais ou menos o exemplo de representação democrática que saiu da Revolução Francesa”. “Por que há esse sentimento? Fomos todos eleitos de uma maneira ou de outra. Disparidade? Eu sou [professor] titular, mas não estou em oposição de classe a meus colegas MS-4 ou MS-3”. O problema, para ele, é que a discussão é feita “no varejo”. Quanto às grandes questões, “iluminados é que decidem”. “Como fazer para enfrentar isso? Dar às discussões um caráter substantivo”.

O professor Luiz Menna-Barreto (EACH) manifestou que na sua unidade, por estarem os docentes “dando aula em 14 locais diferentes, não foi possível fazer o fórum proposto pela Caeco”. Ele avalia que é preciso incluir no Estatuto a possibilidade do *impeachment* de dirigentes, lembrando que a inexistência dessa figura agravou a crise institucional da EACH. “Era consenso que o diretor e o vice-diretor não tinham condições de exercer, tanto que se esconderam. O professor Rodas informou que não tinha como destituí-los e nos disse: ‘Vocês também não podem me destituir’. Por favor contemplem o *impeachment*”.